

O Terceiro Mundo e as Relações Internacionais: uma Relação Intermediada pelas Categorias de Subalternidade, Centro-periferia e Desenvolvimento

Maria Eduarda Cação Rosa¹

Resumo: Ao propor uma investigação sobre a situação do Terceiro Mundo dentro de sistemas e instrumentos estabelecidos a partir da lógica ocidental, busca-se demonstrar a relação de desigualdade e a contínua hierarquização impostas ao longo da história entre o próprio Terceiro Mundo e aquele tido como superior, o Primeiro Mundo. Ao ter o Terceiro Mundo como principal objeto de análise, o que é proposto neste artigo é uma reconsideração deste termo que, atualmente, é considerado por muitos especialistas como inadequado: intenta-se respeitar e entender a forma como a própria população terço-mundista procura se organizar. Analisando as categorias subalternidade; questão centro-periferia e o desenvolvimento, pretende-se apontar suas semelhanças em relação às suas estratégias e consequências para o Terceiro Mundo.

Palavras-chave: Terceiro Mundo. Relações Internacionais. Subalternidade. Centro-periferia. Desenvolvimento.

¹ Graduanda em Relações Internacionais e Integração pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: mariaeduardacacao@outlook.com

1 Introdução

O presente artigo procura identificar qual a posição em que se insere o Terceiro Mundo nas relações internacionais e, consequentemente, no sistema internacional e na ordem internacional. Detectar uma situação de desigualdade dentro da estrutura de poder das relações internacionais é necessário para que sejam propostas soluções alternativas que visem a uma reformulação baseada na democratização desses espaços. Não haverá mudança enquanto não houver o reconhecimento de que a forma atual de distribuição de capacidade de agência nas relações internacionais é insustentável. Ainda assim, não basta que essa situação seja apontada sem que sejam elucidados os motivos sobre os quais essa conjuntura foi justificada. Propõe-se, então, uma análise de três categorias – subalternidade, centro-periferia e desenvolvimento – para ilustrar as condições do Terceiro Mundo determinadas a partir delas enquanto ferramentas do Ocidente (INAYATULLAH, 2008).

A questão do conhecimento, sua produção e valorização é relevante nas três categorias, servindo de base argumentativa durante todo trabalho. Além disso, o direito internacional – enquanto aspecto bastante importante das relações internacionais nesta análise – é colocado em disputa como instrumento de manutenção do domínio ocidental ou como ferramenta de emancipação terceiro-mundista. Ao destrinchar a relação que existe não só entre cada uma das categorias com o Terceiro Mundo, mas também a relação que existe entre elas, são identificados aspectos comuns e também contrastes que têm como consequência o desfavorecimento latente do Terceiro Mundo em diversos ambientes, especialmente no internacional.

A autodeterminação dos povos é compreendida por grande parte do mundo como um princípio básico, tornando-se foco de debate e parte de pactos internacionais. O impasse encontrado neste âmbito está em reconhecer que mesmo que esse direito configure em um dos mais importantes documentos internacionais – Carta das Nações Unidas –, é comum observar comportamentos semelhantes aos dos colonizadores dos séculos anteriores ainda no presente. A partir disso, nota-se o prevalecimento de atitudes coniventes com a dominação de certos grupos sobre outros a partir da crença de que existem conhecimentos e modos de vida superiores e que devem ser tidos como universais (INAYATULLAH, 2008) – fazendo,

portanto, o direito de um povo de escolher para si o que é melhor, somente um discurso vazio.

Conectar esta situação de subalternidade e submissão com sua protagonista mais comum não exige grandes sacrifícios: o Terceiro Mundo é figura repetida no álbum que compila vítimas de políticas, categorias e demais instrumentos responsáveis por assegurar a posição favorável de uma classe branca, cristã, ocidental, europeia e tradicionalista sobre as outras, formadas por tudo aquilo que nesta primeira não se encaixa. Além de oferecer uma visão sobre a autodeterminação e autogovernança, ambas baseadas no reconhecimento da pluralidade cultural e na diversidade (BAXI, 2006), a crença na existência de um Terceiro Mundo representa um desejo de continuidade da história – insistir no uso desta expressão significa não ceder à pressão de que deve ser esquecido tudo o que foi feito a todo um grupo de indivíduos somente por serem diferentes; é respeitar a história no sentido de que deve ser dada a oportunidade do Terceiro Mundo mostrar suas formas de resistência a partir de um passado em que foi subjugado tantas vezes. Esse posicionamento é importante quando se consideram as críticas feitas por aqueles que acreditam que o uso da expressão “Terceiro Mundo” é inadequado e ultrapassado.

Assim como é feita a opção pelo uso do termo Terceiro Mundo, outra escolha semântica deve ser explicada para melhor compreensão das reflexões aqui feitas: ‘Primeiro Mundo’, ‘Ocidente’, ‘centro’ e ‘países desenvolvidos’ não são utilizados como sinônimos durante este trabalho porque cada um desses termos carrega suas especificidades e pertence a contextos diferentes na história (MIGNOLO, 2017). Entretanto, também não exercem funções antagônicas entre si; o semelhante impacto que cada um desses termos teve no Terceiro Mundo, de acordo com aquilo que representam, é o que possibilita identificá-los como complementares. Essa assimilação busca transparecer uma relação de desigualdade que vem se repetindo ao longo do tempo. Ainda que sejam dados nomes diferentes para designar uma situação que continua a se repetir, as injustiças continuam bastante latentes.

2 Terceiro Mundo e subalternidade

Antonio Gramsci, expoente da corrente neomarxista, foi o primeiro a cunhar o termo “subalterno” como sinônimo de marginalizado, possivelmente

como uma alternativa ao termo “proletariado” (CHEMMENCHERI, 2015). Falar em subalternidade é reconhecer que, de algum modo, em algum lugar e em algum momento, existe uma relação em que algo – ou alguém – é superior e o outro é inferior e que esta relação se baseia na desigualdade.

O próprio uso vindo de Gramsci configura um equívoco quando se considera a forma como membros do Grupo de Estudos Subalternos e também demais autores pós-coloniais definem o que é, de fato, subalterno. Spivak, em entrevista no ano de 1992, ao dizer que subalterno é aquilo – ou aquele – que tem pouco ou nenhum acesso ao imperialismo cultural, aponta a diferença entre a classe operária ser subalterna ou oprimida: ainda que desprivilegiado, o proletariado utiliza do discurso hegemônico e está dentro da lógica capitalista (KOCK, 1992).

Se ser subalterno não está ligado a qualquer situação em que há um sentimento de privação e carência de poder, como identificar a subalternidade? Novamente, a contribuição de Gayatri Spivak é de grande relevância: ao fazer uma das perguntas mais icônicas dentro do pós-colonialismo – ‘*Can the Subaltern Speak?*’ (‘Pode o subalterno falar?’) (SPIVAK, 2010) – e respondê-la em um texto tão icônico quanto, acaba por relacionar a subalternidade não diretamente ao poder, mas à capacidade de fala que um grupo ou indivíduo tem. O subalterno é sempre representado por alguém que fala em seu lugar, o que sugere que uma situação real de subalternidade apresenta necessariamente um sujeito sem voz.

O subalterno não tem voz porque é a sua existência que gera sua subalternidade e é sua identidade que possibilita existir o não-subalterno, o superior, o dominante, o centro. Ou seja, não haveria subalterno caso este sistema hierárquico não fosse construído sobre a crença de que existem diferenças cruciais entre determinados grupos. Diferente do oprimido, que, se tiver a oportunidade de concretizar as alianças corretas, pode tomar consciência de suas condições, falar e ser ouvido, o subalterno não tem espaço em um ambiente imperialista que se ergueu espelhado nos aspectos que os tornam diferentes. É comum o equívoco entre dar voz ao subalterno e falar em seu nome (representá-lo). Confrontá-lo e procurar entendê-lo para depois trazer aos holofotes aquilo que um acredita ser suas necessidades e reivindicações não é acabar com a sua subalternidade, mas

perpetuar a noção de que há um grupo superior capaz de ser porta-voz de todos os outros – mesmo que não o seja.

Ainda assim, os esforços que devem ser realizados em favor dos subalternos não se concentram em identificá-los como subalternizados e trazê-los para discursar dentro do contexto hegemônico, já que isso configura conservar a subalternidade (SPIVAK, 2010). Ações como essa acabam gerando uma impressão falsa de empoderamento, já que nada garante que a voz dada ao subalterno esteja sendo ouvida. Dar voz ao subalterno é problemático porque conceder algo continua caracterizando a existência de diferentes posições de poder e da própria hierarquia. Ao invés de dar voz ao subalterno, deve-se trabalhar de forma que o fenômeno da subalternidade deixe de existir (SPIVAK, 2010).

O caso de subalternidade escolhido como foco desta pesquisa é o Terceiro Mundo devido sua contínua relevância ao longo da história e que ganha mais atenção após a descolonização. Assim como a situação de subdesenvolvimento e periferia do Terceiro Mundo – ambas categorias tratadas mais adiante neste trabalho – são resultado de uma série de características do período colonial preservadas e ainda encaradas como parte de um regramento que rege toda uma sociedade mundial, a subalternidade confere àquele nessa condição sensações e experiências que carregam consigo o mesmo estigma de submissão e inferioridade (CHAKRABARTY, 2002). O discurso de desenvolvimento e a relação centro-periferia constam, inclusive, como aspectos contribuintes à subalternização do Terceiro Mundo, já que assinalam a posição desfavorável da região.

A situação do Terceiro Mundo como subalterno é evidenciada a partir do levante de correntes e grupos de estudos – desde o próprio Terceiro Mundo ou, quando não, desde indivíduos com raízes no Terceiro Mundo – que possuem o intuito específico de gerar conhecimento e debate e, ao mesmo tempo, resistir à marginalização (MUTUA, 2000). Estes intelectuais, políticos, teóricos e cientistas começaram a se reconhecer como parte da humanidade que continuava a fornecer dados para a história, como possuidores de consciência, vontade e agência próprias (GALINDO, 2013).

As ‘Abordagens do Terceiro Mundo ao Direito Internacional’, tradução da expressão *Third World Approaches to International Law (TWAIL)*, constituem um

exemplo de teoria internacional crítica ao sistema que subjuga o Terceiro Mundo e de movimento político-intelectual (BAXI, 2006). Com atuação particular na área de direito internacional, as TWAIL representaram uma tentativa de rever postulados básicos da ciência do direito internacional a partir de lentes pouco convencionais para a teoria jurídica tradicional como a linguagem, o feminino ou a raça (GALINDO, 2013). O que existe de forma latente dentro deste movimento é a crença de que o direito internacional pode ser o caminho através do qual uma parte tão subalterna do globo consiga a real justiça social.

Ainda que dentro das próprias TWAIL constem divergências que tenham dado origem à diferentes gerações e posicionamentos, Makau Mutua (2000) define como regras gerais “entender e desconstruir o uso do direito internacional como meio de criação e perpetuação de uma hierarquia racializada de instituições e normas internacionais que subordinam não-europeus aos europeus”. O que as TWAIL fazem é observar dentro de um campo específico – o direito internacional – o que é realidade em todo o contexto terceiro-mundista e refletir e propor mudanças em direção à superação dessa condição de *voiceless* (sem voz).

Ser subalterno dentro do direito internacional – e, conseqüentemente, nas relações internacionais – equivale, no caso singular do Terceiro Mundo, a ser assimilado a um regime de governança global (comandado pelo Primeiro Mundo e desenvolvido a partir de suas necessidades) que não compreende suas especificidades e não se preocupa em tornar o Terceiro Mundo um ator equivalente – quem dirá um ator com capacidade de agência (BAXI, 2006). A unidade das TWAIL é representada pela ampla oposição que há frente a uma ordem global tão desigual. Já bastante calejadas diante de críticas à sua reflexão exacerbada quando comparada ao pouco envolvimento na práxis e resolução das questões que aponta como problemáticas, as TWAIL acabaram desenvolvendo ao longo de suas gerações uma relação mais estreita entre o teorizar e as experiências da população do Terceiro Mundo, o que permitiria enxergar então as relações internacionais como instrumento de emancipação (MUTUA, 2000).

Tornar a subalternidade do Terceiro Mundo um foco de pesquisa e estudo seria uma forma de reafirmar seu estado de subalterno? Este é um questionamento bastante presente no universo pós-colonial e também em qualquer outro em que

o enfrentamento do *status quo* é uma temática. A reflexão vai de encontro à ideia de que utilizar a linguagem e os termos vindos do colonizador/dominador não é compatível com um pensamento revolucionário que visa a mudança dessa conjuntura (MUTUA, 2000).

As Abordagens Terceiro-Mundistas do Direito Internacional possibilitam, novamente, uma análise sobre este ponto (MUTUA, 2000): é uma escolha bastante curiosa a adoção do termo “Terceiro Mundo”, que dá nome ao movimento. Constantemente associado a conceitos que rondam a questão do desenvolvimento – ou subdesenvolvimento, no caso – e outras noções que exalam dependência, a expressão tem função de levantar resistência, e não representa um aceno de concordância com a realidade crítica de tantos indivíduos.

O objetivo daqueles autores das TWAIL que se apropriam do conceito não é fazer o mesmo que o Ocidente e simplificar toda uma pluralidade de características sociais, políticas e econômicas que existem na região para, então, generalizá-las e determinar uma única fórmula que proporcionaria o alcance de uma posição semelhante à do Primeiro Mundo. A escolha tem mais a ver com a estratégia de “unir e conquistar”; ou seja, a proposta consiste em reunir um mesmo sentimento de revolta em relação à ignorância que há diante das especificidades de cada país que forma o Terceiro Mundo para que uma aliança fortaleça a luta contra um sistema que impõe padrões globais inadequados às suas realidades (INAYATULLAH, 2008). É uma necessidade quando se pensa em formar uma resistência coletiva frente às políticas hegemônicas. Mutua (2000) chama o Terceiro Mundo de “uma realidade política e uma corrente de experiências históricas similares nas sociedades não-europeias que possui uma voz particular, e uma forma intelectual e política de consciência” e declara a formação da resistência como um “ataque direto à hegemonia Ocidental”.

Da mesma forma que lidar com o conceito de Terceiro Mundo não caracteriza apologia à simplificação grosseira praticada pelo Ocidente, o envolvimento com os estudos sobre subalternidade não representa a reafirmação de sua condição. A investigação proporciona um real entendimento das causas da subalternização para então gerar uma onda de possíveis soluções que objetivam uma realidade alternativa. Mais do que compreender mais sobre as condições de subalternidade

do Terceiro Mundo em relação ao Primeiro, é realizável uma reflexão sobre o próprio processo de subalternização que há dentro do Terceiro Mundo; em outras palavras, percebe-se que existe uma hierarquização e um silenciamento interno de membros de uma sociedade já vítima da subalternidade (PERSAUD, 2015). É a lógica colonial sendo reproduzida pelo próprio colonizado como uma maneira de sobreviver – ainda que em condições de exploração de sua própria classe.

3 A questão centro-periferia

A questão centro e periferia torna-se um foco de atenção ao assumir um *spot* (espaço) importante na Teoria da Dependência, trabalhada por Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, entre outros. Nesse viés teórico, já se falava na divisão do mundo em centro e periferia, ou seja, na ascendência de figuras centrais graças a uma produção especializada e altamente tecnológica e na dominação de uma periferia baseada em agroexportação e mineração (COUTO, 2017). Entretanto, novas contribuições analíticas surgiram como continuação da Teoria do Desenvolvimento, visto sua crise nos anos 70 e 80, e continuam se apoiando no uso da classificação do mundo em centro e periferia.

A teoria do sistema-mundo, como uma dessas novas contribuições, tem como unidade de análise a economia mundial (WALLERSTEIN, 2012), ou seja, explica a partir do capitalismo a posição que os países ocupam nas relações internacionais. O próprio Immanuel Wallerstein, principal intelectual da corrente, situa o início deste sistema-mundo junto do nascimento do sistema capitalista no século XVI, mas isto não significa que considere a economia como o único fator relevante na operação do sistema-mundo e suas inter-relações – na verdade, as esferas econômica, política e sociocultural são estreitamente conectadas e operadas por todos de forma simultânea (WALLERSTEIN, 2012). Assim, mesmo que o aspecto econômico seja talvez o que guie esta teorização e determine a hierarquia mundial, não existe maneira de ignorar como se dão todos os fatores no sistema internacional: as disputas acontecem por todos os lados e áreas, mesmo que seja a economia responsável por distribuir, logo no início do jogo das relações internacionais, as vantagens e desvantagens.

A prática de apontar o centro e a periferia como países desenvolvidos e subdesenvolvidos, respectivamente, é recorrente graças ao forte elo que há entre o sistema-mundo e o capitalismo (SWANSON, 2005). Porém, isso não significa que não é possível analisar essa relação centro-periferia de outra maneira, considerando as relações internacionais e sua atuação neste panorama. Assim, da mesma forma que o centro é uma economia hegemônica, o centro é hegemônico na produção de normas e estabelecimento da agenda no nas relações internacionais. Conforme a superioridade econômica do centro lhe possibilita mais poder e influência, esse é capaz de decidir quais os rumos o resto do mundo – inclusive a periferia – deve tomar (RAJAGOPAL, 2003).

De forma semelhante ao observado no discurso do desenvolvimento, a questão centro-periferia apresenta traços que são velhos conhecidos ao Terceiro Mundo e que muito lembram o passado colonial: a antiga relação que havia entre colônia e metrópole é reproduzida na relação entre o centro e a periferia, ou seja, mantêm-se a dependência do Sul (países periféricos) perante ao Norte (países centrais), conservando essa vantagem sistemática mediante a adoção de práticas econômicas e sociais que ecoam o regime colonial (MIGNOLO, 2017). A lógica da colonialidade passou por etapas sucessivas e cumulativas que foram apresentadas de forma positiva na retórica da modernidade através de conceitos como salvação, progresso, desenvolvimento, modernização e democracia (MIGNOLO, 2017).

Ainda que os termos centro e periferia tenham sido cunhados dessa maneira e com este significado por teóricos do Terceiro Mundo, de lugares tidos como a periferia e, portanto, subdesenvolvidos, o Primeiro Mundo – o centro – não se acanhou em utilizar desta abordagem (COUTO, 2017). Isso é decorrente do fato de que, ao se apropriar dos termos e não internalizar as críticas e reflexões que rondam o conceito, o que se reafirma é a superioridade do Ocidente.

Como se a questão da superioridade não fosse suficientemente problemática, também é preciso analisar seus frutos: é tendência que um grupo que tende a clamar sua superioridade, clame também possuir o que Inayatullah (2008) chama de *exclusive knowledge*. *Exclusive knowledge* – ou conhecimento exclusivo, em português – é a ideia de que um grupo se considera o detentor de um conhecimento único e superior sobre como tudo funciona no mundo, se baseando nos pressupostos

de que esse conhecimento possui algo de final e que o conhecimento dos outros é inadequado e deficiente quando comparado ao seu (INAYATULLAH, 2008).

Como elucidado na teorização de Naeem Inayatullah, o Primeiro Mundo crê ser o detentor de condições superiores e duas explicações são possíveis para a necessidade do centro em tornar seus aspectos o padrão a ser seguido pela periferia: ou ele sente uma responsabilidade em ajudar a periferia a chegar em seu patamar de desenvolvimento, ou é uma questão de interesse próprio, com motivações ocultas. Mesmo que a primeira opção seja a alternativa correta, o que acontece é a infantilização da periferia, de acordo com o qual o centro acredita que certas sociedades não-desenvolvidas ou pouco civilizadas têm dentro de si a capacidade de fazer o mesmo que o Ocidente, com o direcionamento correto (INAYATULLAH, 2008). Não existe um único contexto em que o raciocínio centro-periferia não coloque o Terceiro Mundo em uma posição desfavorável. Ao aceitar o conhecimento do centro, a periferia não só reconhece a superioridade do mesmo, mas também reafirma sua inferioridade com relação a ele.

A análise da questão centro-periferia permite a extração de um exemplo bastante claro de incorporação do conhecimento tido como superior e exclusivo. Mesmo que ambas as teorias do sistema-mundo e da dependência se empenhem em realizar uma avaliação crítica da situação centro-periferia – propondo alternativas para que uma igualdade de relações seja possível – ao aceitarem a lógica de que o desenvolvimento e a modernidade seguem a linha proposta pela Ocidente e que é a partir destes critérios que se define quem é centro e quem é periferia, qualquer forma real de resistência do conhecimento periférico e marginalizado é invisibilizado. É necessário entender as limitações destas teorias para uma compreensão mais completa de suas contribuições.

Encarar todos os povos e sociedades do globo como passíveis de serem submetidos a uma única forma de evolução para alcançar o ápice do desenvolvimento e da modernidade é mostrar que as mudanças que ocorreram desde o século XVI não ofereceram grande segurança à independência e liberdade do Terceiro Mundo (INAYATULLAH, 2008). Ainda que o foco do argumento europeu/ocidental para justificar seu conhecimento como superior tenha saído da questão teológica, com Deus no centro, o que é colocado como substituto é o próprio homem branco,

européu e parte do Primeiro Mundo (INAYATULLAH, 2008). Não há, nem naquele momento e nem no presente, um rompimento com a crença de que a história se move de forma linear e em direção a perfeição. O centro é a única possibilidade e a periferia deve seguir seus passos para um dia alcançá-lo.

4 O discurso do desenvolvimento

A ligação entre as relações internacionais e o Terceiro Mundo tem sido mediada, desde o início, por alguma categoria que representa o Ocidente. Uma das categorias “ocidentais” utilizadas na edificação da subalternização do terceiro mundo foi o discurso do desenvolvimento, adotado no mundo todo de forma massiva a partir do século XX. O discurso do desenvolvimento, que emerge após a Segunda Guerra Mundial, é tido como uma série de princípios, estratégias e instituições que significariam uma possibilidade de colocar o mundo todo em um mesmo patamar no que diz respeito, principalmente, a níveis de qualidade de vida, alfabetização e pobreza (TAMANINI, 2011).

Nunca visto como um *maker* – capaz de influenciar a esfera internacional –, e sim como uma região que somente reage aos acontecimentos e decisões tomadas pelos atores tidos como realmente importantes, o Terceiro Mundo recebe e percebe as consequências das relações internacionais através de um filtro bastante enviesado (formatado a partir de ideias não compatíveis com a situação terceiromundista) que, de forma alguma, facilita uma transformação real dessas relações no Terceiro Mundo (RAJAGOPAL, 2003). Uma transformação assim exige que o Terceiro Mundo seja capaz de refletir e diagnosticar a situação em que se encontra no sistema internacional, ou seja, até que ponto esse desenvolvimento vem sendo um instrumento útil no que diz respeito às necessidades e à realidade da população terceiromundista.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a Europa bastante enfraquecida, uma onda de processos de independência atravessou parte do Terceiro Mundo. Conter os anseios daqueles que queriam o fim definitivo do mundo colonial se tornou insustentável e o que se viu a partir daí foi o surgimento de várias novas nações em busca da construção de um projeto nacional e de um espaço de relevância no ambiente internacional (RAJAGOPAL, 2003). Entretanto, não era naquele momento

ainda que o Terceiro Mundo decidiria por si só quais seriam os caminhos a seguir e isso pode ser explicado a partir de duas questões distintas que de alguma forma acabam se interligando: a primeira diz respeito às elites que estiveram à frente dos processos de independência e que assumiram a liderança desses novos países; e a segunda se refere ao discurso do desenvolvimento (RAJAGOPAL, 2003).

Ainda que a independência dessas ex-colônias tenha sido uma conquista importante, rastros do que se via durante a administração colonial continuaram vigentes. Em muitos casos, a elite foi a classe que liderou o processo independentista – mesmo que com grande respaldo de toda a população – e que acabou sendo a principal beneficiada, privando os demais dos louros da independência e não se interessando, após assumir o governo, em melhorar a situação do povo de forma geral e agindo como um mero substituto do aparato colonial (RAJAGOPAL, 2003).

O discurso do desenvolvimento – segundo aspecto passível de explicar a contínua submissão do Terceiro Mundo – é uma lógica abraçada não só pelo Primeiro Mundo – de onde vem toda a formulação da ideia –, mas pelo próprio Terceiro Mundo, recém independente e que vê nela uma oportunidade de edificar e consolidar o projeto das novas nações. Rajagopal (2003), ao apontar o próprio movimento colonial como um traço antecessor à questão do desenvolvimento, possibilita uma reflexão sobre a repetição deste fenômeno: o Primeiro Mundo dominou o Terceiro Mundo durante séculos com base no argumento de que os nativos não eram capazes de desenvolvimento devido seus valores culturais equivocados e necessitavam, então, da salvação que trazia este sistema (INAYATULLAH, 2008). Com a descolonização no período pós-Segunda Guerra, o discurso do desenvolvimento assume o papel de mediador entre o Primeiro e o Terceiro Mundo (ROJAS, 2007). O que acontece, portanto, não é uma transformação, mas uma simples substituição de termos – se antes havia o colonizador e o colonizado, nesse momento existem o desenvolvido e o subdesenvolvido.

Existia um real interesse por parte do Ocidente em desenvolver o Terceiro Mundo? O que o discurso do desenvolvimento fez, na verdade, foi suprimir e cooptar qualquer resistência do Terceiro Mundo em relação ao Ocidente que havia nascido com o respiro da independência (ROJAS, 2007). É aqui que se observa a conexão entre ambas as explicações – a que toca o papel das elites nacionais e a que

se refere ao discurso de desenvolvimento. O discurso de desenvolvimento, levado a cabo por muitos e durante muito tempo como algo positivo, foi simplesmente integrado pelos líderes do Terceiro Mundo como sinônimo de avanço e melhora e, para isso, só foi preciso que o Ocidente disponibilizasse seu aval (RAJAGOPAL, 2003). Nesse momento, a preocupação em se tornar um *decision maker* (tomador de decisões) dentro das relações internacionais e do Direito Internacional acaba se tornando uma ponte para que isso seja possível.

Questionar o discurso do desenvolvimento não significa que tudo que ele carrega e representa é descartável: não há nada de errado em almejar boas condições e melhora na vida da população mundial. O problema está em basear a escala do que é bom, desenvolvido e moderno nas experiências e realidade unicamente do Ocidente, não considerando o que o próprio Terceiro Mundo entende como o ápice de seu próprio desenvolvimento, como sua melhor versão.

Ao iniciar um processo radical de mudanças em toda uma região a partir do que se acredita ser o melhor, o Primeiro Mundo demonstrou mais uma vez que não tinha o apreço necessário pelo conhecimento do Terceiro Mundo, deixando de lado qualquer contribuição nesse sentido que não fosse ao encontro daquilo que prega sua própria filosofia (ROJAS, 2007). Nessa abordagem do discurso de desenvolvimento não há espaço para alternativas ao significado de modernidade e isso é o que incomoda e exclui: não são consideradas formas de pensar que não venham do mesmo lugar que todas as anteriores, que não reproduza a mesma singularidade.

O discurso do desenvolvimento é reflexo da realidade ocidental e isso significa que os aspectos culturais, históricos, econômicos e sociais levados em consideração para elaboração dessa lógica são aqueles que sejam relevantes para formação e compreensão dessa realidade. Ao observar o capitalismo como o aspecto não só econômico, mas cultural, histórico e social mais importante de todo o contexto ocidental, é cabível apontar que este é o mecanismo que guia, depois da transição feudo-capitalista, grande parte das ações de todo o Primeiro Mundo na maior parte do tempo (ROJAS, 2007).

Entender a questão do desenvolvimento defendida pelo Ocidente como um instrumento do capitalismo é necessário para analisar o discurso como ele

realmente é, e não só como um simples fator da economia política internacional: o discurso do desenvolvimento reafirma a superioridade do capitalismo ao colocar como desenvolvido aquele país que possua as características de uma economia capitalista, ou seja, que tenha sido bem-sucedido na transição de uma economia tradicional para uma economia capitalista e que empregue suas capacidades produtivas de forma ampla (TAMANINI, 2011). O que acontece então, segundo Rojas (2007), é uma avaliação de desenvolvimento com base no capitalismo, ainda que o país em questão não seja de economia capitalista, mas sim uma alternativa a ela.

Teorias do Desenvolvimento que só enxergam os referenciais do próprio capitalismo, por exemplo, causam sérios efeitos políticos estruturais. Elas reforçam a hegemonia capitalista ao retratar o capitalismo como incontestável e necessariamente dominante. Essas teorias fazem com que as alternativas não centradas nos referenciais capitalistas pareçam mais exóticas e/ou inviáveis do que realmente são (SWANSON, 2005). O que existe não é uma crítica ao capitalismo como regime político-econômico em si, mas sim ao capitalismo como única lógica referencial para o desenvolvimento. Assim, considerar o capitalismo como uma etapa obrigatória para que seja alcançada a modernidade e o desenvolvimento envolve desconsiderar uma série de outras possibilidades não só em relação à economia, mas principalmente em relação ao conhecimento e sua produção.

Uma das justificativas do discurso do desenvolvimento é a possibilidade de resgatar o Terceiro Mundo do passado e fazer com que sua população possa viver a modernidade e seus benefícios. Todos os países estariam sujeitos ao mesmo processo de evolução e nada mais normal que o Terceiro Mundo ser submetido às mudanças que o levariam – em algum momento – ao patamar de uma região desenvolvida (TAMANINI, 2011). Seguindo o passado de submissão colonial, o Ocidente se esforça em estabelecer o certo e o errado, o que é bom e o que é ruim, exaltando sua superioridade. Mas e se toda essa busca por desenvolvimento, na verdade, contribuir com um maior afundamento do Terceiro Mundo e não com sua ascensão?

O discurso do desenvolvimento perde parte de seu caráter positivo quando intelectuais e movimentos sociais terceiro-mundistas percebem que não foi a falta de desenvolvimento que gerou pobreza, violência e destruição natural, mas

é exatamente o processo de busca pelo desenvolvimento que tem causado tudo isso (RAJAGOPAL, 2003). Isso pode ser visto a partir da exploração de recursos naturais, diretamente ligada a ideia de desenvolvimento que prega o capitalismo: se antes a metrópole recebia de forma direta toda a matéria-prima da colônia, agora, com a questão do desenvolvimento em alta, o que restou ao Terceiro Mundo foi ocupar o lado desfavorecido da troca entre países, resignado à desvalorização de seus produtos enquanto o Primeiro Mundo incrementava seu lucro.

Karl Polanyi (1957) contribui com a discussão ao apontar que a catástrofe em uma comunidade nativa pode ser um resultado direto da ruptura rápida e violenta dessas vítimas com suas instituições básicas. Ou seja, alterar a realidade de toda uma população, de forma tão brusca, para que sejam estabelecidos novos princípios e modos de vida em nome do desenvolvimento é modificar o equilíbrio de um sistema de maneira que ele talvez não se recupere e nem se torne aquilo que o Ocidente espera.

Não é necessário abandonar o objetivo de desenvolvimento, mas sim estender seu significado. A defesa da racionalidade científica como singular e universal subordina conhecimentos e racionalidades alternativas (ROJAS, 2007), impede a pluralidade de ideias e o diálogo não acontece enquanto uma das partes se posiciona de maneira a decidir unilateralmente o resultado final dessa conversa (CHAKRABARTY, 2002). Enquanto o Primeiro Mundo sustenta seu posicionamento de hegemonia e acreditar saber o que é melhor para todos, não há possibilidade de desenvolvimento semelhante para todos e isso se deve ao simples fato de que não existe um único desenvolvimento adequado a todas as realidades.

5 Considerações Finais

A subalternidade, a questão centro-periferia e o discurso de desenvolvimento despertam impressões seriamente similares após esse breve reconhecimento, especialmente quando associadas ao Terceiro Mundo, especificamente. Essas impressões podem ser traduzidas quando apontados seus aspectos comuns, rapidamente elucidados a seguir: os traços coloniais; a hierarquização; a assimilação brutal do Terceiro Mundo; o descaso com o direito à autodeterminação; e a relação com o capitalismo.

Já foi referida neste trabalho a percepção de que há uma manutenção dos valores coloniais mesmo após a grande onda de descolonização que acontece após a Segunda Guerra Mundial. As três categorias escolhidas são exemplos claros de que a submissão, a exploração e a desvalorização do Terceiro Mundo nos séculos XX e XXI são mera continuidade daquilo já visto nos demais séculos passados. Dessa forma, decisões tomadas dentro do sistema atual ainda configuram um caso de priorização das necessidades ocidentais em desfavorecimento dos grupos nativos do Terceiro Mundo. De maneira parecida, a relação de hierarquia se manteve – mesmo que tenha passado por reformas conforme necessário: abandona-se os termos ‘colonizador’ e ‘colonizado’ para permitir a adoção de outros mais adequados conforme o contexto, como ‘desenvolvido’ e ‘subdesenvolvido’ e ‘centro’ e ‘periferia’.

Inserir o Terceiro Mundo em categorias determinadas a partir da lógica ocidental é reafirmar sua difícil condição dentro do sistema internacional – esse processo transmite uma falsa sensação de inclusão. Aliás, aqui é possível realizar uma ponte com outro fator comum entre as categorias: a relação com o sistema capitalista. A ideia de que o sistema capitalista é a única opção viável tem a ver com as próprias raízes da subalternidade, do centro-periferia e do desenvolvimento, já que os três são fruto do avanço desse sistema. Mas como é possível tornar o Terceiro Mundo minimamente confortável dentro de um sistema que foi construído às suas custas (baseado na exploração de recursos de uma região para enriquecimento de outra), dificultando qualquer chance de desenvolvimento semelhante ao dos países parte do Primeiro Mundo? Ainda que este seja o nível de desenvolvimento tido como ideal e o modelo imposto a todos, é complexo tornar essa realidade compatível com as necessidades econômicas, políticas e sociais do Terceiro Mundo.

Um último aspecto, referente à falta de consideração com o direito que o Terceiro Mundo tem à autodeterminação, é digno de uma explanação mais completa. É como se todos os fatores anteriormente citados endossassem este. Dentre as três categorias – subalternidade, centro-periferia e desenvolvimento – existe uma relação muito próxima, onde o “desenvolvimento nomeia e personifica o lugar do centro e funciona, assim, como um relato abrangente de saída da subalternidade” (TAMANNINI, 2011). Entretanto, no caso do Terceiro Mundo, o desenvolvimento acaba sendo motivo de subalternização no sistema internacional. Em vez de possibilitar

um resgate de sua situação de exclusão, os termos nos quais se determina o processo de desenvolvimento geram um maior aprofundamento.

Não há possibilidade de emancipação terceiro-mundista quando tudo ao redor é definido a partir de diferentes modos de vida, conhecimento e realidade. Sobreviver em um sistema em que tudo já se encontra pré-estabelecido exige dois comportamentos: o primeiro consiste em ceder e viver da melhor forma possível contornando os impasses, aceitando as condições presentes; e o segundo envolve resistir. A resistência do Terceiro Mundo é, portanto, resultado de uma série de situações de constrangimento, insuficiência e submissão, causadas não só pelas categorias trabalhadas nesta pesquisa, mas por todos os outros artifícios – doutrinas, regimes, tendências, imposições culturais – utilizados por um sistema que busca cada vez mais sobrepor o Ocidente frente a qualquer participação terceiro-mundista.

The Third World and the International Relations: a relationship mediated by the categories of subalternity, center-periphery and development

Abstract: By proposing an investigation about the situation of the Third World inside systems and tools based in the western logic, this article aims to demonstrate the unequal relationship and the continuous hierarchization imposed along the history between the Third World and the one seen as its superior, the First World. By having the Third World as the main object of analysis, what this paper suggests is a reconsideration of this concept that today may be considered by some as inadequate; the intention is to respect and to understand the way that the Third World population wishes to organize itself.

Keywords: Third World. International Relations. Subalternity. Center-periphery. Development.

Referências

BAXI, U. *What may the 'Third World' expect from International Law?* Third World Quarterly, v. 27, n. 5, p. 713 – 725, 2006.

CHAKRABARTY, D. *Habitations of Modernity: Essays in the Wake of Subaltern Studies*. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

COUTO, J. M. *Raúl Prebisch e a concepção e evolução do sistema centro-periferia*. Rev. Econ. Polit. [online]., vol.37, n.1, pp.65-87, 2017.

GALINDO, G. R. B. *A volta do terceiro mundo ao direito internacional*. Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, v. 1, n. 119-124, p. 46-68,2013.

INAYATULLAH, N. Why do some people think they know what is good for others?. In: EDKINS, J.; ZEHFUSS, M. *Global Politics: A New Introduction*. 1. ed. Abingdon: Routledge, 2008. cap 21, p.344-369.

KOCK, L. Interview with Gayatri Chakravorty Spivak: New Nation Writers Conference in South Africa. *ARIEL: A Review of International English Literature*, v. 23, n. 3, p. 29-47, jul.1992.

MIGNOLO, W. *Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online], v. 32, n.94, jun. 2017.

MUTUA, M. What is TWAIL? *Proceedings of the ASIL Annual Meeting*, v. 94, p. 31-38, Cambridge University Press, 28 de fev. 2000.

POLANYI, K. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of our Time*. Boston: Beacon Press, 1957.

PERSAUD, R. *Colonial Violence: race and gender in the sugar plantations of British Guiana*. New York: Routledge, 2015.

RAJAGOPAL, B. *International Law from Below: Development, Social Movements and Third World Resistance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ROJAS, C. International Political Economy/Development Otherwise. *Globalizations*, v. 4, n. 4, p. 573-587, dez. 2007.

SPIVAK, G. C. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

SWANSON, J. Recognition and distribution: rethinking culture and the economic. *Theory, Culture and Society*, v. 22, n. 4, p. 87-118, ago. 2005.

TAMANINI, L. L. G. *O lugar do Brasil no mundo subalternidade e ambivalência diante do 'desenvolvimento' e do 'internacional'*. 137 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Um sistema em transição*. Globo News, 2012. Entrevista concedida a Jorge Pontual. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/milenio/platb/tag/immanuel-wallerstein/>.